

Vendas sobem e emprego cai

O movimento da Páscoa foi o principal responsável pelo desempenho da indústria, de acordo com a Findes

O nível de emprego na indústria capixaba caiu 0,26% em fevereiro deste ano, se comparado com o mesmo período do ano passado.

A queda significou a demissão de 298 profissionais. Por outro lado, as vendas tiveram um acréscimo de 2,02%.

Os percentuais de desempenho industrial foram divulgados on-

tem, pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), Fernando Antonio Vaz.

O crescimento nas vendas das indústrias se deu, principalmente, pelo segmento de produtos alimentares (49,05%), devido ao incremento das vendas de chocolates para a Páscoa, além do ramo de material de transporte (4,98%).



Fernando Vaz divulgou o desempenho da indústria

DESEMPENHO

Ano	Nível de emprego	Vendas reais
2002	-0,03	2,83
2001	-5,21	-7,32
2000	8,45	13,00
1999	-3,05	10,15
1998	-7,36	-1,81
1997	-9,09	-3,61
1996	-5,90	-0,64
1995	-6,00	9,98
1994	-5,52	2,06
1993	-3,19	-2,09
1992	-11,14	-8,37

Fonte: IEL/Ideies.



COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 28.152.650/0001-71 - www.escelsa.com.br



NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

abrasca Associação Brasileira das Companhias Abertas

b) Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	PLANO I	PLANO II	TOTAL
Participantes ativos	41	1.455	1.496
Participantes assistidos:			
Aposentados	641	94	735
Pensionistas	101	4	105
	742	98	840
Total	783	1.553	2.336

c) Na qualidade de patrocinadora, a ESCELSA contribui com uma parcela mensal proporcional a contribuição realizada pelos participantes da Fundação ESCELSOS de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da companhia, considerando os dois planos, limitado a 7% da folha de salários dos empregados. No exercício de 2001 a ESCELSA contribuiu com R\$ 2.552 (R\$ 2.519 em 2000).

d) Conforme estabelecido pela Deliberação CVM n.º 371, de 13/12/2000, a partir de 1.º de janeiro de 2002, as companhias de capital aberto serão obrigadas a contabilizar os passivos oriundos dos benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC n.º 26 do IBRACON. As companhias abertas que decidirem contabilizar os efeitos da implementação deste Pronunciamento em 31 de dezembro de 2001, deverão registrar os referidos efeitos diretamente no Patrimônio Líquido, à conta de ajustes de exercícios anteriores.

Para atendimento à essa exigência a ESCELSA, contratou atuários independentes para a realização de avaliação atuarial desses benefícios. Como decorrência dessa avaliação foram identificados os seguintes:

- Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da companhia;
- Auxílio incentivo à aposentadoria (AIA) que é devido aos empregados admitidos até 31/12/1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31/10/1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31/10/1996.

e) As premissas atuariais utilizadas foram as seguintes:

- Taxa de desconto 6% a.a.
- Taxa de retorno esperado dos ativos 6% a.a.
- Crescimentos salariais futuros 3% a.a.
- Fator de capacidade – salários 100%
- Fator de capacidade – benefícios 98%

f) Considerando o disposto no artigo 84, da Deliberação CVM n.º 371/2000, foi calculado o valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas e efetuado o registro em lucros acumulados, no Patrimônio Líquido, como ajuste de exercícios anteriores, no valor de R\$ 20.403, líquido de tributos, composto como segue:

ATIVO	PASSIVO
ATIVOS (PASSIVOS) A SEREM RECONHECIDOS em 31 de dezembro de 2001	ASSIST. À SAÚDE
- Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas (70.491)	-
- Valor justo dos ativos 96.709	-
- Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas - (22.768)	(7.683)
- Valor a ser reconhecido 26.218	(22.768)

A composição do saldo do passivo lançado ao patrimônio líquido, como ajuste de exercícios anteriores é como se segue:

Obrigação por benefícios pós-emprego 30.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos (33%) (10.048)
Ajustes de exercícios anteriores 20.403

g) A avaliação atuarial mostrou que, no Plano Previdenciário, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas. A administração da companhia, contudo, de maneira conservadora, optou por não registrar esse *superávit*, como dedução das obrigações descobertas. A segregação entre circulante e longo prazo relativa ao saldo de benefícios pós-emprego foi efetuada com base no cálculo atuarial descrito em "c" acima, para o custo esperado para 2002, conforme demonstrado a seguir:

Custo do serviço corrente 680
Custo dos juros 1.740
Obrigação por benefícios pós-emprego – circulante 2.420

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Na rubrica de pessoal encontra-se incluído o valor de R\$ 2.438 (R\$ 2.122 em 2000), na controladora e R\$ 4.663 (R\$ 3.882 em 2000) no consolidado, referente a remuneração dos administradores.

22. SEGUROS (Não auditado)

A sociedade conta com seguros com cobertura determinada em bases técnicas que levam em conta a natureza e o grau de risco, por valores considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques. Em 31 de dezembro de 2001 os ativos estavam seguros contra sinistros por R\$ 275.503 (R\$ 304.000 em 2000), tendo sido pago um prêmio de R\$ 193 (R\$ 148 em 2000).

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através da Instrução n.º 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismo para divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

O negócio da Companhia compreende a distribuição e comercialização de energia elétrica para consumidores de sua área de concessão – Estado do Espírito Santo – portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

- Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado;
- Aplicações em fundos de curto prazo e/ou aplicações de renda fixa, por já estarem registrados acrescidos dos rendimentos "pro rata" se aproximam do valor de mercado;
- As participações societárias em outras empresas, são, em sua maioria, de ações não cotadas no mercado;
- Os empréstimos da companhia estão concentrados em empréstimos de longo prazo, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamento específicas.

23.1 Risco de Taxa de câmbio e taxa de juros

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Controladora, são:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2001	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2000
- Títulos e Valores Mobiliários	256.796	270.502	256.859	272.045
- Empréstimos e Financiamentos-LP	1.174.686	951.983	1.498.063	1.293.277

Parte dos empréstimos e financiamentos captados em moeda nacional são compostos de financiamentos junto a agências nacionais, ELETROBRAS e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos, aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Conforme mencionado na Nota 14, foram captados recursos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo o endividamento e o resultado das operações, significativamente afetados pelo fator de risco de mercado taxa de câmbio (US\$). Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos do passivo em moeda estrangeira.

A exposição líquida, na data do balanço, a esse fator de risco, é a seguinte:

	VALOR CONTÁBIL		VALOR JUSTO	
	31/12/2001	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2000
Sênior Notes	999.995	842.695	864.996	669.943
Ativos em dólar (256.678)	(262.252)	(262.252)	(256.678)	(262.252)
Exposição líquida 743.317	580.443	608.318	407.691	

O método de mensuração utilizado para determinação do valor justo da obrigação foi o da média de cotação, em 31 de dezembro de 2001, obtida nas transações realizadas com os referidos Senior Notes (fonte: relatório de acompanhamento de cotação dos negócios realizados em Nova York, E.U.A. editado pelo Morgan Stanley Team Witter), ao final de cada exercício e, para os ativos em US\$, foi utilizada a cotação de mercado dos contratos, ao fim do exercício, que é equivalente ao valor contábil. No Consolidado, os empréstimos e financiamentos contratados por companhias do Sistema ESCELSA, foram captados a taxas e encargos usualmente praticadas nos mercados nacional e internacional, para *funding* de investimentos no setor de energia elétrica nas suas áreas de concessão do serviço público de energia elétrica.

As controladas MAGISTRA e ENERSUL, possuem passivos financeiros em moeda estrangeira (US\$). Para que fossem reduzidos os riscos de taxa de câmbio, para uma parte dessas obrigações, foram celebrados contratos de direitos de troca de resultados financeiros (SWAP), com troca de índices, conforme mencionado nos itens "g", "h", "i" e "j", da Nota 14. Esses índices substitutivos são o IGP-M, acrescido de juros de 11,70% a 12,01% a.a. e CDI, mais 1,52% a.a. Considerando a valorização do Real, a operação de proteção propiciou uma perda de R\$ 6.905, reconhecido nas demonstrações contábeis, na conta de despesas financeiras - variações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

PASSIVO	CONTÁBIL	VALOR DO SWAP	PERDA
Empréstimos e Financiamentos	78.183	85.088	6.905

Para o restante dos contratos, tendo em conta as características peculiares dessas operações e da impossibilidade de determinar o valor de mercado para esse tipo de instrumento financeiro, a Administração das Empresas, levando em conta as evidências dos riscos aos negócios da Sociedade, a estratégia e as medidas de gestão em curso, para administração do endividamento, estima que os seus valores de realização ou de mercado, sejam iguais aos dos registros contábeis.

23.2 Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito, surge a possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia elétrica, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente pela Administração da companhia para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

24.1 Captação de recursos junto ao BNDES

De acordo com o programa emergencial e excepcional de apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica instituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Companhia assinou em 19 de fevereiro de 2002, contrato de abertura de crédito de financiamento no montante de R\$ 140.828, (Consolidado R\$ 212.381), para cobertura de parte da insuficiência de recursos, objeto da recomposição tarifária extraordinária, decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Condições gerais do contrato:

Para a primeira parcela:

a) Prazo: 12 meses sem carência;

b) Vencimento da 1.ª parcela: março de 2002;

c) Encargos: Juros de 1% a.a. acrescido da taxa SELIC;

d) Garantia: Faturamento de recebíveis de energia elétrica;

e) Utilização dos créditos:

- Primeira parcela: R\$ 41.813, foi liberada em 25 de fevereiro de 2002;

- Demais parcelas: Serão sacadas a partir da comprovação da aplicação da parcela já liberada no pagamento de dívidas vencidas junto aos agentes do setor elétrico, a partir da validação e homologação dos demais montantes pela ANEEL;

- Cumprimento dos prazos e definições pertinentes conforme determinações emanadas pela GCE/ANEEL;

- Celebrar aditivo contratual visando compatibilizar o prazo de amortização com a vigência da recomposição tarifária.

24.2 Regime especial de tarifação

Em 24/01/2002, através do Despacho n.º 24 do Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foram aprovados os valores para repasse, pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos do inciso IV do art. 2º da Resolução n.º 65, de 06/11/2001, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE.

O valor do repasse, recebido em 1.º de março de 2002, de R\$ 17,051 mil (Consolidado - R\$ 24,972) é referente ao período de julho a dezembro de 2001 e não inclui os custos incorridos pelas Concessionárias no Programa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Noronha Leal - PRESIDENTE
Adir Pereira Kaddi
Alcir Augustinho Calliari

Izaltino Camozzato - VICE-PRESIDENTE
Antônio Manuel Garcia
Ruth Storch Damasceno

DIRETORIA

Sérgio Pereira Pires
DIRETOR ECONÔMICO-FINANCEIRO
E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Antônio Soares Diniz
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO
E DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Carlos Yoshio Motoki
SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA

José Geraldo Nunes
CONTADOR CRC-ES nº 002857/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA: (1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) Conforme comentado nas Notas 5 e 7, a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. Adicionalmente, registrou contas a receber relacionadas a recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional) e Resolução 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Resolução 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Estes valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão do CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Vitória, 26 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123/S-ES

Fernando Marotta

Sócio-Diretor Responsável

Contador - CRC-1-RJ-12214/S-ES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Tendo apreciado, ainda, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes com seus destaques, relativos à normatização da ANEEL, bem como as informações e os esclarecimentos por eles prestados, são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação dos Senhores Acionistas, em Assembléia Geral.

Vitória, 28 de março de 2002.

Waldir Nascimento

Carlos Roberto Veroneze

Arlindo Soares Castanheira